



Relatório e Contas 2023



Fundação Imaculada Conceição
Rua Marquês d' Ávila e Bolama, nº 140
6200 - 053 Covilhã
Tel. 275 322 486 * 275 087 435
geral@doroteiascovilha.net
www.doroteiascovilha.net

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório de atividades da Fundação Imaculada Conceição, define as linhas estratégicas de atuação na prossecução dos objetivos definidos para responder às necessidades da Instituição. Tem como principal objetivo apresentar, descrever e avaliar as linhas orientadoras que regeram as atividades no ano de 2023, tendo em conta as respostas sociais que desenvolve: Creche, Pré-Escolar e ATL para os alunos de 1º Ciclo.

As atividades apresentadas foram definidas tendo como base a Visão, Valores e Estratégia, tendo como objetivo o cumprimento da sua Missão. As atividades planeadas e desenvolvidas, tiveram em conta critérios de eficiência e eficácia, com a preocupação de manter a qualidade dos serviços prestados, como também a melhoria contínua.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão – Inspirada na Obra Educativa de Paula Frassinetti, é missão da Fundação Imaculada Conceição na resposta educativa e social, sustentada por uma tradição de referência na comunidade local, adequada aos tempos atuais, colaborar com a família no desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, promovendo estratégias criativas e inovadoras.

Visão – Ser uma Instituição educativa identificada por valores humanos e do Evangelho, dinamizada por uma cultura de solidariedade e criatividade.

Valores – A atualidade da intuição pedagógica de Paula Frassinetti contínua, ainda hoje, a refletir-se no nosso modo de educar, no perfil de Ser Humano que queremos ajudar a construir. Como marcas características desse modo de educar, destacamos: A SIMPLICIDADE; O ESPÍRITO DE FAMÍLIA; O ESPÍRITO DE SERVIÇO; A FIRMEZA E SUAVIDADE.

Objetivo Geral – Renovar o nosso estilo de educar com a marca da identidade/inação.

3. PLANO DE AÇÃO

O objetivo geral definido no Projeto Educativo institucional, decorre do projeto Bússola 21, projeto que tem vindo a ser desenvolvido em todos os Centros Educativos das Irmãs Doroteias desde 2019 e que este ano assumiu um relevo e importância acrescida na Instituição. Nomeadamente:

- Aprofundamento do “Perfil do Aluno das Doroteias” em toda o processo de ensino-aprendizagem, e em especial nas atividades desenvolvidas na Instituição;
- Participação ativas das crianças no dia-a-dia e organização dos momentos educativos;
- Educação da Interioridade é cada vez assumida como norma e forma de educar, envolvendo toda a equipa educativa, educadoras e ajudantes de ação educativa na sua dinamização, promovendo sessões periódicas para os grupos de crianças, colaboradores e famílias;
- Execução do Plano de desenvolvimento profissional dos educadores, coerente e consistente e envolvendo cada vez mais colaboradores.

Para cada um dos objetivos/metapas foram planificadas atividades/ações estratégicas, definidos os resultados esperados para o ano e refletida a questão da monitorização: indicadores, questões, escala, instrumentos de recolha de dados e momentos de aplicação.

A Equipa Pedagógica investiu nos momentos de rotina de reunião semanal para momentos de reflexão, discussão, formação e de partilha mais sistematizada de experiência e conhecimento.

Considerando as ações estratégicas previstas no plano de ação, importa referir que, considerando esta avaliação do plano de ação, foi possível recolher dados que indicam que a equipa está cada vez mais alinhada neste processo de mudança/inação. É observável o esforço coletivo. Foram criadas ainda mais oportunidades formativas, no contexto

da comunidade de aprendizagem, de forma a criar momentos de partilha e interajuda mútua que permitam superar dificuldades e permitam que os resultados esperados seja ainda mais uniformes e procurando Profissionais da Rede da Bússola 21 para as desenvolver.

4. PLANO DE ATIVIDADES

Este ano o tema proposto pela Congregação das Irmãs Doroteias denominava-se “No caminho...amar e abraçar a realidade.”.

No caminho para amar e abraçar a realidade implica descobrir:

- 1) Um olhar interior: começar por conhecer, aceitar e amar a minha realidade, a realidade pessoal, o chão que sou, o caminho que sou chamada/o a fazer, onde estou e com quem partilho a minha vida diária.
- 2) Um olhar exterior: para descobrir e conhecer a realidade, a diversidade que nos rodeia e envolve, com a qual nos relacionamos, que nos interpela, que rejeitamos, que não entendemos e que nos desafia ao respeito, à reflexão, à inclusão porque nos afeta direta e indiretamente.
- 3) Implica ver a realidade da pessoa, da instituição, dos colaboradores, dos professores, das irmãs, das famílias, a diversidade de gerações com mais ou menos forças, um mundo de culturas diferentes. Todos têm lugar nesta imagem, evoca-o as pessoas e situações que expressam essa diversidade: crianças, famílias, idosos, cuidadores, países diferentes, as nuvens, o desejo de ver mais longe, as dúvidas e interrogações perante distintas situações, refugiados, guerras, crises, extremos...
- 4) Um olhar em profundidade, ao jeito de Jesus.

E, no fim, o Caminho, Aquele que é o caminho, vemos uns braços entrelaçados, um Deus que nos abraça sempre, como seres únicos e irrepetíveis, na realidade por Ele tão querida e amada, e o seu Filho, “um menino que nos é dado”, a rasgar uma janela aberta e a enviar-nos o seu Espírito.

E, ainda, a “estrela” nos guiará mesmo nas noites mais escuras, em todas as horas e circunstâncias da vida, porque juntos caminhamos, amamos e abraçamos a realidade.

E assim, quando o caminho é a nossa casa, somos chamados a estar, a escutar a realidade, a nós mesmas e a Deus, para aprender e traduzir, tornando-nos mediadoras da linguagem do Evangelho na nossa realidade. A nossa missão é ir ao encontro, à partilha, à formação e à identidade de um estilo de vida que ama e abraça a realidade.

4.1. Avaliação das Atividades

A avaliação das atividades ao longo de 2023 e respetivo grau de concretização, foi realizada pela equipa responsável pela avaliação do Plano de Ação, reflexão nas reuniões pedagógicas e análise dos relatórios de avaliação das atividades elaborados pelos educadores e técnicos responsáveis. Este ano integra-se na execução no ano 3. De um modo geral o balanço é positivo com alguns pontos de fragilidade. A equipa esteve alinhada para o caminho de mudança que este plano sugere. Deste modo, as ações estratégicas para o ano 3 nas diferentes áreas de inovação começaram a ser mais implementadas pela equipa pedagógica, graças a alterações na gestão do tempo não letivo que levou a uma maior reflexão e trabalho conjunto entre educadoras.

5. CONCLUSÃO

O ano de 2023 continuou a ser um ano de grandes desafios, mas o balanço final destes tempos foi muito positivo a diferentes níveis, mas destacar a participação das crianças e a forma como se envolveram no processo de aprendizagem, na autonomia ganha.

Continuamos a sensibilizar todos os colaboradores à participação de todas as ações propostas, valorizando o seu crescimento pessoal e profissional aproximando-se cada vez mais do Perfil do Educador dos Centros Educativos das Irmãs Doroteias.

Espera-se que todos os colaboradores sejam proativos, interessados e atentos às necessidades da Comunidade Educativa.

No balanço de mais um ano tão exigente, a Direção reconhece o empenho e dedicação dos colaboradores que contribuíram para fazer face a todas as exigências do processo que se está a viver do Projeto Bússola 21.

6. RELATÓRIO DE CONTAS

Salientamos em relação ao exercício findo:

O resultado líquido apresenta este ano um valor negativo de 14.934,90 euros (quatorze mil novecentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos). Os principais fatores que concorreram para este resultado negativo o aumento do custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, bem como o ajuste nos valores dos recursos humanos, acrescendo do decréscimo dos rendimentos dos agregados familiares que levam a comparticipações mais baixas.

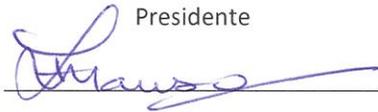
No que respeita a investimentos não se verificaram fatos digno de registo.

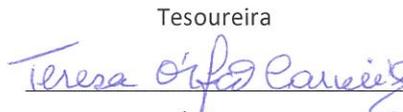
É nosso objetivo continuar a oferecer educação de qualidade a todas as crianças, independentemente das possibilidades económicas das famílias, no entanto em termos económicos estamos diante de uma realidade que nos traz alguma preocupação nomeadamente em relação à medida da Gratuidade da Creche e os critérios de prioridade que temos que cumprir por ordem e indicação da Segurança Social. Diante desta previsão de apoios aquém dos gastos que cada criança comporta à Instituição e, com a redução das mensalidades por perda económica das Famílias a Fundação Imaculada Conceição poderá ter que rever a sua missão.

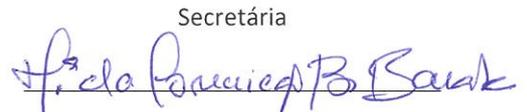
Foi ainda unânime, a opinião desta Direção, em aprovar as contas apresentadas.

Por último foi solicitado pela Presidente da Direção ao Secretário, que este relatório fosse transcrito para o livro de atas da Direção, passando a constar como ata da sessão de aprovação de contas.

Covilhã, 11 de março de 2024

Presidente

Maria Fernanda Lopes Manso

Tesoureira

Teresa Órfão Carneiro

Secretária

Maria da Conceição Branco Barata



T. O. R. R. R.
 Maria Fátima da Silva
 Teresa Rita Conceição
 Maria do Carmo Conceição

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

BALANÇO EM 31/12/2023

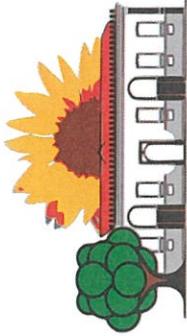
Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	91 073,24	110 585,64
Investimentos Financeiros	8	3 845,82	3 720,95
Sub-Total		94 919,06	114 306,59
Ativo corrente			
Inventários	9	1 451,28	1 342,55
Créditos a receber	10	5 955,78	7 651,27
Estado e outros entes públicos	11	219,07	1 691,75
Diferimentos	12	643,05	2 870,26
Outros ativos correntes	13	103 711,91	113 842,11
Caixa e depósitos bancários	14	168 814,74	114 122,11
Sub-Total		280 795,83	241 520,05
Total do ativo		375 714,89	355 826,64
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	64 558,33	64 558,33
Resultados transitados	15	142 802,33	200 551,55
Sub-Total		207 360,66	265 109,88
Resultado líquido do período	15	-14 934,90	-41 400,14
Total do fundo patrimonial		192 425,76	223 709,74
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	2 394,50	3 401,59
Estado e outros entes públicos	17	30 853,22	31 171,58
Financiamentos obtidos	18	60 000,00	
Diferimentos	19	462,74	11 847,24
Outros passivos correntes	20	89 578,67	85 696,49
Sub-Total		183 289,13	132 116,90
Total do passivo		183 289,13	132 116,90
Total do fundo social e do passivo		375 714,89	355 826,64

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	21	203 687,68	214 279,05
Subsídios, doações e legados à exploração	22	511 629,40	479 453,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-32 750,92	-29 425,31
Fornecimentos e serviços externos	24	-54 035,11	-69 240,97
Gastos com o pessoal	25	-631 114,98	-609 393,22
Outros rendimentos	26	7 749,35	802,75
Outros gastos	27	-587,92	-6 896,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 577,50	-20 420,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-19 512,40	-20 979,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 934,90	-41 400,14
Resultado antes de impostos		-14 934,90	-41 400,14
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-14 934,90	-41 400,14

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		207 482,14	216 910,85
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		495 742,00	483 683,58
Pagamentos a fornecedores		-94 497,77	-114 456,00
Pagamentos ao pessoal		-507 929,25	-489 021,17
Caixa gerada pelas operações		100 797,12	97 117,26
Outros recebimentos / pagamentos		-106 114,93	-98 210,05
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-5 317,81	-1 092,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-48 847,29
Investimentos financeiros			-1 185,27
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		10,44	758,17
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		10,44	-49 274,39
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		60 000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			-0,97
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		60 000,00	-0,97
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2)		54 692,63	-50 368,15
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	114 122,11	164 490,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	168 814,74	114 122,11



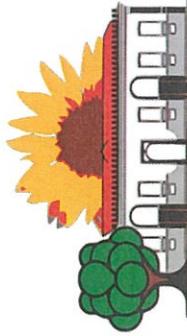
Fundação Imaculada Conceição

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

Teresa
 Teresa Fernandes Sousa
 Teresa dos Santos
 H. da Conceição Bastos

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2022

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2021	1	64 558,33	261 291,73	-60 740,18	265 109,88
Alterações no período					
Aplicação do resultado de 2021	15		-60 740,18	60 740,18	
Outras variações 2022	15				
Sub - total	2		-60 740,18	60 740,18	
Resultado líquido do período	3			-41 400,14	-41 400,14
Posição no fim do período de 2022	4=1+2+3	64 558,33	200 551,55	-41 400,14	223 709,74



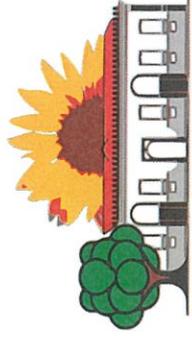
Fundação Imaculada Conceição

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

Ilana Barreira
Rosita Fernandes Ramos
Teresa dos Santos Carneiro
A. da Conceição Barak

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2023

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2022	1	64 558,33	200 551,55	-41 400,14	223 709,74
Alterações no período					
Aplicação do resultado de 2022	15		-41 400,14	41 400,14	
Outras variações 2023	15		-16 349,08		-16 349,08
Sub - total	2		-57 749,22	41 400,14	-16 349,08
Resultado líquido do período	3			-15 327,16	-15 327,16
Posição no fim do período de 2023	4=1+2+3	64 558,33	142 802,33	-15 327,16	192 033,50



Fundação Imaculada Conceição

Teresa
Rosa
Rosa Formosa Ramos
Teresa Oliveira Conceição
H. de Conceição Baud

FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS

	Rendimentos e Gastos	Pré-Escolar	Creche	ATL	Períodos	
					2023	2022
Vendas e serviços prestados		114 233,34	31 732,83	57 721,51	203 687,68	214 279,05
Subsídios, doações e legados à exploração		240 470,67	238 285,35	32 873,38	511 629,40	479 453,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-18 555,10	-9 798,37	-4 397,45	-32 750,92	-29 425,31
Fornecimentos e serviços externos		-27 275,57	-14 610,68	-12 148,86	-54 035,11	-69 240,97
Gastos com o pessoal		-315 328,68	-224 680,01	-91 106,29	-631 114,98	-609 393,22
Outros rendimentos		4 174,63	792,13	2 782,59	7 749,35	802,75
Outros gastos		-293,96	-176,38	-117,58	-587,92	-6 896,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 574,67	21 544,87	-14 392,70	4 577,50	-20 420,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9 756,21	-5 853,73	-3 902,46	-19 512,40	-20 979,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12 330,88	15 691,14	-18 295,16	-14 934,90	-41 400,14
Juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de impostos		-12 330,88	15 691,14	-18 295,16	-14 934,90	-41 400,14
Resultado líquido do período		-12 330,88	15 691,14	-18 295,16	-14 934,90	-41 400,14



Anexos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Fundação Imaculada Conceição de pessoa coletiva nº 501163204

Sede: Rua Marquês D'Avila e Bolama, 140, 6200-053 Covilhã

Natureza da atividade

A Fundação Imaculada Conceição é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF

As Demonstrações Financeiras de 2023 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio;
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por: - Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; - Fundos acumulados e outros excedentes: - Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o meso montante que a Fundação Imaculada Conceição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir um exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos o portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2023 e em 31/12/2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2023	31-12-2022
Numerário	11	857,67	2 695,35
Depósitos à ordem	12	167 957,07	111 426,76
Total		168 814,74	114 122,11

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não se verificaram alterações dignas de registo

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	660 841,65	53 067,20	14 588,35	30 110,32	14 335,61	772 943,13
Aquisições	35 047,29	11 612,10				46 659,39
Abate		-2 375,20		-12 040,03	-374,10	-14 789,33
Saldo final	695 888,94	62 304,10	14 588,35	18 070,29	13 961,51	804 813,19
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	580 569,97	52 771,90	14 588,35	29 029,53	13 203,80	690 163,55
Abate		-2 375,20		-12 149,08	-374,10	-14 898,38
Depreciações exercício	18 605,03				357,35	18 962,38
Saldo final	599 175,00	50 396,70	14 588,35	16 880,45	13 187,05	694 227,55
Ativo líquido	96 713,94	11 907,40		1 189,84	774,46	110 585,64
2023						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	695 888,94	62 304,10	14 588,35	18 070,29	13 961,51	804 813,19
Aquisições						
Saldo final	695 888,94	62 304,10	14 588,35	18 070,29	13 961,51	804 813,19
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	599 175,00	50 396,70	14 588,35	16 880,45	13 187,05	694 227,55
Depreciações exercício	16 729,72	2 155,93		269,40	357,35	19 512,40
Saldo final	615 904,72	52 552,63	14 588,35	17 149,85	13 544,40	713 739,95
Ativo líquido	79 984,22	9 751,47		920,44	417,11	91 073,24

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na rubrica “investimentos financeiros”, foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fundos compensação trabalho	3 699,52	3 574,65
FRSS	146,30	146,30
Total	3 845,82	3 720,95

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	2023	2022
Saldo inicial	1 342,55	965,16
Compras	32 859,65	29 802,70
Saldo final	1 451,28	1 342,55
Total	32 750,92	29 425,31

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “créditos a receber” correspondia aos saldos a receber de utentes.

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Creditos a receber - Utes	5 955,78	7 651,27
Total	5 955,78	7 651,27

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os saldos na rúbrica “Estado e outros entes públicos”, correspondia ao valor a receber respeitante a restituição de 50% do IVA pago na aquisição de géneros alimentares, bens de investimento e serviços de construção.

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Imposto sobre o valor acrescentado	219,07	1 691,75
Total	219,07	1 691,75

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 os saldos na rúbrica “Diferimentos” correspondia aos gastos com seguros.

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Seguros	643,05	2 870,26
Total	643,05	2 870,26

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Compensação remuneração educadoras	66 880,32	82 000,00
Acréscimos de rendimentos - Acordo CRSS Dezembro	36 626,20	31 531,74
Vencimentos pagos a mais	174,39	
Notas Creditos Fornecedores	31,00	310,37
Total	103 711,91	113 842,11

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Caixa e depósitos bancários” é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Numerário	857,67	2 695,35
Depósitos à ordem	167 957,07	111 426,76
Total	168 814,74	114 122,11

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o “Fundo patrimonial” é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Fundo Patrimonial	64 558,33	64 558,33
Resultados transitados	142 802,33	200 551,55
Resultado líquido do período	-14 934,90	-41 400,14
Total	192 425,76	223 709,74

16 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição, respeitante a dividas correntes com fornecedores de bens e serviços, num total de 2.394,50 euros e 3.401,59 euros, respetivamente.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Retenção impostos sobre o rendimento	7 799,28	8 174,56
Contribuições para a segurança social	23 053,94	22 890,64
FCT/FGCT		106,38
Total	30 853,22	31 171,58

18 EMPRESTIMOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Empréstimos Obtidos” apresentava um valor que a Província Portuguesa Irmãs Santa Doroteia transferiu para ajudar a instituição a suportar os custos.

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Província Portuguesa Irmãs Santa Doroteia	60 000,00	
Total	60 000,00	

19 RENDIMENTOS A RECONHECER

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “rendimentos a reconhecer” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos a reconhecer		
- Acordos de cooperação - comparticipação ISS,IP	462,74	11 847,24
Total	462,74	11 847,24

20 OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2023	31-12-2022
Notas credito utentes	145,69	146,82
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	89 138,00	84 072,69
Outros devedores e credores	294,98	294,98
Remunerações ao pessoal		1 182,00
Total	89 578,67	85 696,49

21 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Prestação de serviços			
Quotas dos utilizadores	202 106,68	203 732,55	-0,80%
Serviços secundários	1 581,00	10 546,50	-85,01%
Total	203 687,68	214 279,05	-4,94%

22 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
ISS, IP - Segurança Social	481 066,03	461 265,23	4,29%
- Acordos de cooperação - comparticipação ISS,IP	414 185,71	375 803,42	10,21%
- Compensação remunerações educadoras	66 880,32	82 000,00	-18,44%
- Subsídio Lay OFF / apoio á retoma		3 461,81	-
IEFP	25 378,37	10 562,65	140,27%
Apoio às PME - remuneração mínima garantida		896,00	-
Doações	5 185,00	6 730,00	-22,96%
Total	511 629,40	479 453,88	6,71%

23 CUSTO DAS EXISTÊNCIAS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica "CMVMC" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		
	2023	2022	Varição
CMVMC	32 750,92	29 425,31	11,30%
Total	32 750,92	29 425,31	

24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Varição
	31-12-2023	31-12-2022	
Trabalhos especializados	11 424,45	24 467,20	-53,31%
Vigilância e segurança	357,32		-
Honorários	714,28	3 477,22	-79,46%
Comissões	350,81	405,18	-13,42%
Conservação e reparação	4 264,77	4 506,87	-5,37%
Serviços bancários	1 101,73	1 468,91	-25,00%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	636,11	1 259,51	-49,50%
Material escritório	1 083,91	1 158,45	-6,43%
Material didático	811,18	1 464,71	-44,62%
Outros		157,50	-
Electricidade	8 459,41	8 157,50	3,70%
Combustíveis	2 857,52	2 979,30	-4,09%
Água	5 241,66	6 216,46	-15,68%
Deslocações e estadas	6 054,50	3 030,34	99,80%
Transporte de pessoal		52,80	-
Rendas e alugueres	117,38	125,64	-6,57%
Comunicação	1 415,13	1 392,89	1,60%
Seguros	2 510,47	1 471,37	70,62%
Contencioso e notariado	150,00		-
Limpeza, higiene e conforto	6 403,03	5 899,07	8,54%
Outros Serviços		120,04	-
Rouparia/Bibes	81,45	1 430,01	-94,30%
Total	54 035,11	67 653,46	-20,13%

25 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022 a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Remunerações do pessoal	509 409,61	489 711,20	4,02%
Encargos sobre remunerações	113 419,99	107 915,74	5,10%
Seguros acidentes trabalho	6 923,78	7 912,63	-12,50%
Outros gastos com o pessoal	1 361,60	3 853,65	-64,67%
Total	631 114,98	609 393,22	3,56%
Número médio de funcionários	34	32	6,25%

26 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros rendimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Consignação de IRS	785,52	696,23	12,82%
Desconto P.P.concedidos	59,39	49,02	21,15%
Correções relativas a períodos anteriores	13,11	-	-
Obrigações impostas p/tribunal	800,00	-	-
Indemnização seguro	355,51	-	-
Reembolso viagem utentes	5 689,70	-	-
Outros não especificados	18,11	60,70	-70,16%
Juros e dividendos e outros rendimentos	28,01	-	-
Total	7 749,35	805,95	861,52%

27 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	2023	2022	
Dividas incobráveis		5 895,49	-
Correções relativas a períodos anteriores	115,92	401,04	-71,10%
Quotizações	472,00	472,00	-
Outros não especificados		128,29	-
Total	587,92	6 896,82	-91,48%

28 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	2023	2022	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	19 512,40	20 979,50	-6,99%
Total	19 512,40	20 979,50	-6,99%

29 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Pré -Escolar	Creche	ATL
Total de encargos	371 209,52	255 119,17	111 672,64
Número médio de utentes	80	45	52
Custo anual por utente	4 640,12	5 669,31	2 147,55
Custo médio mensal por utente em 2023	386,68	472,44	178,96
Custo médio mensal por utente em 2022	380,71	499,67	186,97
Custo médio mensal por utente em 2021	381,53	454,38	179,71

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

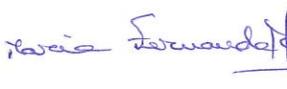
31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

32 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2024/03/12

Contabilista certificado	Presidente	Tesoureiro	Secretário
			
Telma Fonseca	Maria Fernanda Lopes Manso	Teresa Orfão Carneiro	Maria da Conceição Branco Barata

ATAS

Folha

13

Nº do livro

3

ATA NÚMERO TREZENTOS E NOVENTA SETE

----- Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu na sua sede na Rua Marquês d'Ávila e Bolama, número cento e quarenta na Covilhã, a Direção da Fundação Imaculada Conceição. -----

----- PONTO 1 – Realização do Relatório de Atividades -----

----- PONTO 2 – Análise das atividades e contas referentes ao exercício findo -----

----- PONTO 1 – -----

----- O presente relatório de atividades da Fundação Imaculada Conceição, define as linhas estratégicas de atuação na prossecução dos objetivos definidos para responder às necessidades da Instituição. Tem como principal objetivo apresentar, descrever e avaliar as linhas orientadoras que regeram as atividades no ano de 2023, tendo em conta as respostas sociais que desenvolve: Creche, Pré-Escolar e ATL para os alunos de 1º Ciclo.

----- As atividades apresentadas foram definidas tendo como base a Visão, Valores e Estratégia, tendo como objetivo o cumprimento da sua Missão. As atividades planeadas e desenvolvidas, tiveram em conta critérios de eficiência e eficácia, com a preocupação de manter a qualidade dos serviços prestados, como também a melhoria contínua. -----

----- 2. Missão, Visão E Valores -----

Missão – Inspirada na Obra Educativa de Paula Frassinetti, é missão da Fundação Imaculada Conceição na resposta educativa e social, sustentada por uma tradição de referência na comunidade local, adequada aos tempos atuais, colaborar com a família no desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, promovendo estratégias criativas e inovadoras. -----

----- Visão – Ser uma Instituição educativa identificada por valores humanos e do Evangelho, dinamizada por uma cultura de solidariedade e criatividade. -----

----- Valores – A atualidade da intuição pedagógica de Paula Frassinetti contínua, ainda hoje, a refletir-se no nosso modo de educar, no perfil de Ser Humano que queremos ajudar a construir. Como marcas características desse modo de educar, destacamos: a simplicidade; o espírito de família; o espírito de serviço; a firmeza e suavidade. -----

----- Objetivo Geral – Renovar o nosso estilo de educar com a marca da identidade/inação. -----

----- 3. Plano De Ação -----

----- O objetivo geral definido no Projeto Educativo institucional, decorre do projeto Bússola 21, projeto que tem vindo a ser desenvolvido em todos os Centros Educativos das Irmãs Doroteias desde 2019 e que este ano assumiu um relevo e importância acrescida na Instituição. Nomeadamente: -----

----- - Aprofundamento do “Perfil do Aluno das Doroteias” em toda o processo de ensino-aprendizagem, e em especial nas atividades desenvolvidas na Instituição; -----

----- - Participação ativas das crianças no dia-a-dia e organização dos momentos educativos; -----

----- - Educação da Interioridade é cada vez assumida como norma e forma de educar, envolvendo toda a equipa educativa, educadoras e ajudantes de ação educativa na sua dinamização; -----

----- - Adoção do Plano de desenvolvimento profissional dos educadores, coerente e consistente e envolvendo cada vez mais colaboradores. -----

----- Para cada um dos objetivos/metapas foram planejadas atividades/ações estratégicas, definidos os resultados esperados para o ano e refletida a questão da monitorização: indicadores, questões, escala, instrumentos de recolha de dados e momentos de aplicação.-----

----- A Equipa Pedagógica continuou com os momentos de rotina de reunião semanal para momentos de reflexão, discussão, formação e de partilha mais sistematizada de experiência e conhecimento.-----

----- Considerando as ações estratégicas previstas no plano de ação, importa referir que, considerando esta avaliação do plano de ação, foi possível recolher dados que indicam que a equipa está cada vez mais alinhada neste processo de mudança/inação. É observável o esforço coletivo. Foram criadas ainda mais oportunidades formativas, no contexto da comunidade de aprendizagem, de forma a criar momentos de partilha e interajuda mútua que permitam superar dificuldades e permitam que os resultados esperados seja ainda mais uniformes e procurando Profissionais da Rede da Bússola 21 para as desenvolver.-----

----- 4. Plano De Atividades-----

----- Este ano o tema proposto pela Congregação das Irmãs Doroteias denominava-se “No caminho... amar e abraçar a realidade.”.-----

----- No caminho para amar e abraçar a realidade implica descobrir:-----

----- 1) Um olhar interior: começar por conhecer, aceitar e amar a minha realidade, a realidade pessoal, o chão que sou, o caminho que sou chamada/o a fazer, onde estou e com quem partilho a minha vida diária.-----

----- 2) Um olhar exterior: para descobrir e conhecer a realidade, a diversidade que nos rodeia e envolve, com a qual nos relacionamos, que nos interpela, que rejeitamos, que não entendemos e que nos desafia ao respeito, à reflexão, à inclusão porque nos afeta direta e indiretamente.-----

----- 3) Implica ver a realidade da pessoa, da instituição, dos colaboradores, dos professores, das irmãs, das famílias, a diversidade de gerações com mais ou menos forças, um mundo de culturas diferentes. Todos têm lugar nesta imagem, evoca-o as pessoas e situações que expressam essa diversidade: crianças, famílias, idosos, cuidadores, países diferentes, as nuvens, o desejo de ver mais longe, as dúvidas e interrogações perante distintas situações, refugiados, guerras, crises, extremos...-----

----- 4) Um olhar em profundidade, ao jeito de Jesus.-----

----- E, no fim, o Caminho, Aquele que é o caminho, vemos uns braços entrelaçados, um Deus que nos abraça sempre, como seres únicos e irrepetíveis, na realidade por Ele tão querida e amada, e o seu Filho, “um menino que nos é dado”, a rasgar uma janela aberta e a enviar-nos o seu Espírito.-----

----- E, ainda, a “estrela” nos guiará mesmo nas noites mais escuras, em todas as horas e circunstâncias da vida, porque juntos caminhamos, amamos e abraçamos a realidade.-----

----- E assim, quando o caminho é a nossa casa, somos chamados a estar, a escutar a realidade, a nós mesmas e a Deus, para aprender e traduzir, tornando-nos mediadoras da linguagem do Evangelho na nossa realidade. A nossa missão é ir ao encontro, à partilha, à formação e à identidade de um estilo de vida que ama e abraça a realidade.-----

----- 4.1. Avaliação das Atividades-----

----- A avaliação das atividades ao longo de 2023 e respetivo grau de concretização, foi realizada pela equipa responsável pela avaliação do Plano de Ação, reflexão nas reuniões pedagógicas e análise dos relatórios de avaliação das atividades elaborados pelos educadores e técnicos responsáveis. Este ano integra-se na execução no ano 3. De

ATAS

Folha 14

Nº do livro 3

um modo geral o balanço é positivo com alguns pontos de fragilidade. A equipa esteve alinhada para o caminho de mudança que este plano sugere. Deste modo, as ações estratégicas para o ano 3 nas diferentes áreas de inovação começaram a ser mais implementadas pela equipa pedagógica, graças a alterações na gestão do tempo não letivo que levou a uma maior reflexão e trabalho conjunto entre educadoras.-----

----- 5. Conclusão -----

----- O ano de 2023 continuou a ser um ano de grandes desafios, mas o balanço final destes tempos foi muito positivo a diferentes níveis, mas destacar a participação das crianças e a forma como se envolveram no processo de aprendizagem, na autonomia ganha. -----

----- Continuamos a sensibilizar todos os colaboradores à participação de todas as ações propostas, valorizando o seu crescimento pessoal e profissional aproximando-se cada vez mais do Perfil do Educador dos Centros Educativos das Irmãs Doroteias. -----
Espera-se que todos os colaboradores sejam proativos, interessados e atentos às necessidades da Comunidade Educativa. -----

----- No balanço de mais um ano tão exigente, a Direção reconhece o empenho e dedicação dos colaboradores que contribuíram para fazer face a todas as exigências do processo que se está a viver do Projeto Bússola 21. -----

----- PONTO 2 - RELATÓRIO DE CONTAS -----

----- Salientamos em relação ao exercício findo:-----

----- O resultado líquido apresenta este ano um valor negativo de 14.934,90 euros (quatorze mil novecentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos). Os principais fatores que concorreram para este resultado negativo o aumento do custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, bem como o ajuste nos valores dos recursos humanos, acrescendo do decréscimo dos rendimentos dos agregados familiares que levam a comparticipações mais baixas.-----

----- No que respeita a investimentos não se verificaram fatos digno de registo. -----

----- É nosso objetivo continuar a oferecer educação de qualidade a todas as crianças, independentemente das possibilidades económicas das famílias, no entanto em termos económicos estamos diante de uma realidade que nos traz alguma preocupação nomeadamente em relação à medida da Gratuidade da Creche e os critérios de prioridade que temos que cumprir por ordem e indicação da Segurança Social. Diante desta previsão de apoios aquém dos gastos que cada criança comporta à Instituição e, com a redução das mensalidades por perda económica das Famílias a Fundação Imaculada Conceição poderá ter que rever a sua missão.. -----

----- Foi ainda unânime, a opinião desta Direção, em aprovar as contas apresentadas. --

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Direção. -----

----- Covilhã, onze de março de dois mil e vinte e quatro -----

----- Presidente

Ilaria Fernandes Lopes Paulo

----- Secretária

Tania da Conceição Branco Barata

----- Tesoureira

Teresa Cifo Carneiro



ACTAS
ATA NÚMERO CINQUENTA E QUATRO

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, a Fundação Imaculada Conceição, com sede na Rua Marquês d'Ávila e Bolama, número cento e quarenta na Covilhã, reuniu o Conselho Fiscal, devidamente convocado, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e parecer do Relatório e Contas do Exercício de 2023;
2. Outros assuntos.

Encontravam-se presentes a Presidente, Maria Teresa Matos de Magalhães Ferreira, a Primeira Vogal, Maria Manuel Campos Oliveira, a Segunda Vogal, Maria da Conceição Rodrigues dos Santos, e a Presidente da Direção a convite do Conselho Fiscal.

PONTO 1 – Apreciação e parecer do Relatório e Contas do Exercício de 2023

Entrando no ponto 1 da ordem de trabalhos, a Presidente tomou a palavra, pedindo aos membros presentes a análise do Relatório e Contas do Exercício do ano 2023, tendo sido referido pelo mesmo a necessidade de verificar a observância da lei e do cumprimento dos estatutos, a situação financeira da Fundação Imaculada Conceição, a verificação periódica dos documentos contabilísticos e relatórios das atividades desenvolvidas no ano de 2023.

Após diálogo inicial, a Presidente da Direção referiu que embora o resultado líquido continue com valor negativo, de €14.934,90 (catorze mil, novecentos e trinta e quatro euros e noventa centimos), foi notório o esforço na contenção dos gastos e na procura de apoios para minimizar os custos com encargos dos recursos humanos, referindo também o aumento do custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, factor que contribuiu para o balanço final. Salientou ainda, que apesar deste resultado, é objetivo da Instituição continuar a oferecer educação de qualidade a todas as crianças, independentemente das possibilidades económicas das famílias.

A Presidente propôs aos presentes emitir parecer positivo sobre o Relatório e Contas do Exercício do ano 2023, proposto pela Direção. Colocado à votação, o mesmo foi aceite por unanimidade dos membros presentes, sendo elaborado o respetivo parecer de forma a cumprir as disposições estatutárias, que se arquiva em pasta própria para o efeito deste Conselho Fiscal.

PONTO 2 – Outros assuntos

Entrando no ponto 2 da ordem de trabalhos, a Presidente do Conselho Fiscal questionou os presentes se tinham algo a expor, pelo que os membros manifestaram grande preocupação pela situação económica da Fundação, correndo o risco de não ter meios económicos para cumprir, fazer face, aos seus compromissos no que se refere às despesas inerentes ao exercício da sua Missão, sobretudo devido à medida da Gratuidade da Creche e aos critérios de prioridade que temos que cumprir por ordem e indicação da Segurança Social. Com a transição destas crianças para o pré-escolar, leva ao aumento do número de crianças em escalões sociais mais baixo que implica a redução das mensalidades e o apoio da Segurança Social não compensa esta diminuição.

Nada mais tendo sido referido, foi encerrada a sessão tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros efectivos do Conselho Fiscal presentes.

Covilhã, onze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro.

Presidente Maria Teresa Matos de Magalhães Ferreira
1ª Vogal Maria Manuel Campos Oliveira
2ª Vogal Maria da Conceição Rodrigues dos Santos



Fundação Imaculada Conceição
Rua Marquês d'Ávila e Bolama, nº 140
6200-053 Covilhã - Tel. 275322486
Contribuinte n.º 501 163 204
geral@doroteiascovilha.net
www.doroteiascovilha.net

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório de Atividades e Contas de 2023

O Conselho Fiscal da Fundação Imaculada Conceição, em sua reunião de onze do mês de março de dois mil e vinte e quatro deu parecer sobre o Relatório e Contas, proposta pela Direção, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dando assim cumprimento ao disposto na alínea b) do ponto um do Artigo 26º dos Estatutos.

Assim, atendendo ao Relatório e Contas e documentação de suporte apresentados pela Direção, procedemos:

- à verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos da Fundação Imaculada Conceição;
- à verificação financeira da Fundação Imaculada Conceição;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas aos documentos e registos contabilísticos;
- à apreciação do Relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas no ano de 2023;
- à apresentação das Contas, através da verificação do Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras do ano de 2023.

Parecer

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que o Relatório e Contas do exercício de 2023, proposto pela Direção, satisfaz as disposições legais e estatutárias e reflete a atividade desenvolvida e a situação financeira da Fundação Imaculada Conceição, pelo que somos de parecer que:

- seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2023.

Covilhã, onze de março de 2024

O Conselho Fiscal

A Presidente:

Karla Inês Magalhães Ferreira

1ª Vogal:

Maria Manuel Campos Oliveira

2ª Vogal:

Luiz de Conceição Rodrigues dos Santos